

UMA OUTRA HISTÓRIA POSSÍVEL

Rosângela de Lima Vieira¹

Em maio de 1789, os três estados da França reuniram-se em Assembléia no Palácio de Versalhes. As cadeiras eram distribuídas de tal forma que o primeiro e segundo estados se posicionaram à direita e o terceiro à esquerda da mesa diretora dos trabalhos, presidida por Jean-Sylvain Bailly. A localização de cada um dos estados na Assembléia instituiu uma metáfora sobre as posições políticas. Aqueles favoráveis ao regime eram a “direita” e os críticos ao modelo e que buscavam mudanças eram a “esquerda”.

Assim, desde a Revolução Francesa, os posicionamentos ideológicos são identificados de forma generalizada como conservadoras e progressistas. A classificação estendeu-se também e sobretudo aos intelectuais das ciências humanas e sociais.

Na maior parte do século XX, esta visão maniqueísta serviu de parâmetro para a construção do conhecimento histórico, circunscrito em duas concepções: uma produzida por historiadores classificados como positivistas e outra, pelos marxistas.

Questionar se tais concepções ideológicas de história são suficientes para o debate historiográfico contemporâneo constitui-se no principal objetivo da presente reflexão, motivada pelos estudos da obra de Fernand Braudel (1902-1985). Pela nossa leitura, este importante historiador não deve ser enquadrado em nenhuma das duas posições tradicionalmente aceitas. Não, ao menos, no sentido amplamente difundido de que conservador é quem deseja a manutenção da sociedade como está e historiador progressista, aquele que coloca a produção do conhecimento histórico a serviço da transformação social, em vista de uma sociedade justa e igualitária.

Há quem aponte Braudel como conservador, por ele desconsiderar a Revolução como superação do capitalismo e da exploração. Todavia, Braudel é considerado por outros um historiador progressista, entre outros motivos pelo fato de resgatar a história dos povos não-europeus, dos oprimidos e da vida cotidiana – temas não próprios da história hegemônica.

Veremos que nenhum dos dois juízos consegue caracterizar bem a postura ideológica do historiador em foco. Assim acreditamos que ele contribui para discutirmos esta divisão tão “objetiva” e tão “clara” aos historiadores do século XX.

Sua concepção de história explicativa, empirista, comparativa, multifatorial e de pluralidade de tempos e espaços tenta demonstrar o capitalismo como um fenômeno histórico de formação muito lenta. Ele se constitui, para Braudel, numa superestrutura que penetra todos os níveis econômicos, sociais, políticos e culturais. E que por isso mesmo não permite a visão simplista de transformá-lo ou conservá-lo por simples opções

ideológicas. Um estudo minucioso da obra de Braudel revela claramente sua crítica ao capitalismo e ao mesmo tempo a grande dificuldade na superação desse modelo de exploração. É o que tentaremos demonstrar adiante.

Boa parte do século XX foi marcada pela tensão dualista da guerra fria. Naquela conjuntura histórica as duas correntes ideológicas inauguradas na Revolução Francesa foram acentuadas. Tal conjuntura tornou-se certamente um condicionante histórico para seus contemporâneos. Os historiadores, obviamente homens de seu tempo, dificilmente poderiam escapar àquela realidade. Assim, eles e os demais cientistas sociais produziam o conhecimento dentro das duas balizas sociais e políticas: conservadores ou progressistas. E mesmo aqueles que não se colocaram dentro desses parâmetros eram assim classificados.

Mudanças históricas ocorrem e com elas as próprias determinações históricas se modificam. As transformações na União Soviética e no Leste europeu determinaram o fim da guerra fria. A nova ordem mundial impôs revisões nas posições ideológicas e assim também na produção do conhecimento. Por isso na última década do século XX houve quem ousasse apontar o fim das duas correntes, ou melhor, apontar a hegemonia perene da concepção conservadora em detrimento da outra. Assim estaria dado o “fim da história”, pois uma vez alcançado o apogeu não ocorreriam mais mudanças. Não temos a menor intenção de enveredarmos por este caminho. Muito pelo contrário. A defesa daquela tese gerou reações reflexivas suficientes, em quantidade e qualidade. Destas nos interessa buscar apenas motivações para repensarmos o conceito de sujeito da história e assim poder compreender melhor o posicionamento braudeliiano frente às transformações sociais.

A história positivista coloca a condição de sujeito apenas aos grandes homens e aos seus grandes feitos a possibilidade de conduzir a história. Já a história marxista acredita na ação do sujeito coletivo na história e, mais até do que isso, ela propõe um projeto de mudança histórica a partir de uma determinada classe social. E por sua vez a história Nova, desde os *Annales*, considera uma história com múltiplos sujeitos em que tanto o homem comum, como as mentalidades ou as estruturas do cotidiano podem conduzir o processo histórico.

Essa diversidade de concepções legitima hoje a reflexão crítica sobre o homem enquanto sujeito da história. Qual o papel do indivíduo na história? Muitos pensadores contribuíram na análise deste tema. No entanto o que realmente nos interessa é a reflexão do ponto de vista do historiador. E Fernand Braudel tem certamente uma importante contribuição neste sentido. Sua posição torna-se explícita em *O Mediterrâneo* na conclusão da edição de 1965, provavelmente em resposta às críticas de ter feito uma “história sem homens”. De início Braudel indaga sobre o conceito de liberdade, afirmando tratar-se de um conceito subjetivo. Para ele o espaço da liberdade é sempre uma faixa muito estreita de

ação diante dos condicionantes históricos. Contudo isso não significa negar o papel do indivíduo na história.

“Constatar a estreiteza destes limites será negar o papel do indivíduo na história? Não creio. Não é porque a escolha vos é dada apenas entre dois ou três golpes que a questão não continua a pôr-se: sereis ou não capazes de os desferir? De os desferir eficazmente ou não? De compreender, ou não, que são esses golpes, e apenas esses, que estão ao vosso alcance? Concluirei paradoxalmente, que o grande homem de ação é aquele que avalia exatamente a estreiteza das suas possibilidades, que escolhe manter-se aí e aproveitar mesmo o peso do inevitável para o acrescentar ao seu próprio avanço. Qualquer esforço a contracorrente do sentido profundo da história – nem sempre é o mais aparente – está previamente condenado.

Assim continuo tentado, perante um homem, a vê-lo encerrado dentro de um destino que dificilmente constrói, dentro de uma paisagem que desenha por detrás de si e na frente as perspectivas infinitas da ‘longa duração’. Na análise histórica, tal como a vejo – assumindo a inteira responsabilidade – , é sempre o tempo longo que acaba por vencer. Negando uma multidão de acontecimentos, todos aqueles que não chega a incluir na sua própria corrente, e que afasta impiedosamente, claro que limita a liberdade dos homens e a parte do próprio acaso.”²

Braudel vê o homem determinado pelos condicionantes históricos e suas ações só terão alguma eficácia quando este souber exatamente quais as reais possibilidades de intervenção. Ou seja, é preciso ser capaz de avaliar se as mudanças empreendidas hoje realmente permanecerão e serão incorporadas pelo processo histórico futuro.

Para compreendermos a argumentação de Braudel é preciso explicitar o sentido que ele dá a determinações históricas. O homem enfrenta as determinações do espaço em que vive e da herança recebida das estruturas: econômica, social, política e cultural. Essas condições determinam o ritmo e a velocidade das mudanças; de acordo com as suas necessidades e a conjuntura o homem poderá ou não ultrapassar alguma das determinações históricas. A ação humana será eficaz se ele realmente conhecer os condicionantes históricos; daí o valor explicativo da história, ciência que deve explicar o presente, explicitando as determinações do passado.

As diferentes temporalidades, base do pensamento de Braudel, também são indispensáveis na interpretação das transformações históricas. Elas devem ser compreendidas não apenas de acordo com suas durações: curta, média e longa, mas também como diferentes ritmos de mudança e graus de interferência na realidade social. Os

fenômenos, por exemplo, de curta duração ocorrem rapidamente; possuem significação momentânea porém não provocam mudanças permanentes na conjuntura histórica. São, como nos ensinou Braudel, as luzes de um vaga-lume que brilham nitidamente e desaparecem sem deixar vestígios.

Deste modo, para Braudel, a duração utilizada na análise de um determinado fenômeno histórico não é aleatória. Ela é imposta pelos desdobramentos proporcionados pelo fenômeno e pelas raízes históricas que o explicam. Assim o estudo de um fenômeno complexo como o capitalismo, por exemplo, exige necessariamente uma análise de longa duração.

A crítica mais conhecida em relação às múltiplas temporalidades braudelianas diz respeito à longa duração, considerada como o “determinismo braudeliano”. Para Peter Burke³ alguns críticos consideram que Braudel fez uma história sem homens ou descreveu o homem como prisioneiro de ambiente físico e da estrutura mental. Em outras palavras, tais críticos questionaram a impossibilidade de intervenção humana na história de longa duração. Para Reis⁴, entretanto, a discussão a cerca do determinismo braudeliano é errônea, porque o que Braudel mostra são os limites da ação humana, de acordo com as diferentes durações temporais e não sua nulidade, conforme está explicitado na citação anterior.

Além da concepção de múltiplas temporalidades Braudel tem uma idéia bem própria de mudança histórica profunda: a Revolução. O conceito é possível ser inferido de seu estudo sobre a Revolução Industrial em *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. A primeira característica do conceito braudeliano de revolução diz respeito à sua temporalidade:

“... não há sociedade que não esteja constantemente dividida entre forças que a mantém e forças subversivas, conscientes ou não, que trabalham para a sua queda, e as explosões revolucionárias não são mais do que manifestações vulcânicas, breves e brutais, desse conflito latente e de longa duração. Na abordagem de um processo revolucionário, o problema será sempre aproximar o longo prazo do curto prazo, reconhecer seu parentesco e sua dependência indissolúvel”⁵.

Assim, a Revolução Industrial se apresenta numa duplicidade temporal na qual se observa um processo lento de longa duração que toma amplitude e aparência nítida a partir de mutações visíveis de curta duração, no entanto, gestadas ao longo do tempo. Como exemplo poderíamos comentar as invenções utilizadas na aceleração do processo

produtivo. Muitas delas, criadas há séculos, ao serem utilizadas na nova conjuntura parecem ser a própria Revolução.

Podemos observar isso, no exemplo abaixo, em que Braudel comenta o uso de novas invenções e da demora em utilizá-las.

“Enquanto a vida cotidiana girar sem demasiada dificuldade à custa do seu impulso, no âmbito das suas estruturas herdadas, enquanto a sociedade se contentar com o seu hábito, se sentir à vontade, nenhuma motivação econômica empurra para o esforço da mudança. Os projetos dos inventores (há-os sempre) ficam nas gavetas. É quando já nada funciona, quando a sociedade bate o teto do possível que o recurso à técnica se impõe por si (...). Na verdade, estão sempre presentes centenas de inovações possíveis, adormecidas, até que um dia se torna urgente despertá-las.”⁶

Para Braudel a tendência coletiva é pela não mudança. As mudanças profundas dificilmente ocorrem. São as necessidades humanas que geram as transformações, sejam elas básicas, supérfluas ou criadas artificialmente. Até o surgimento do capitalismo eram as necessidades básicas, de sobrevivência, o motor da história. Com o capitalismo moda e consumo do supérfluo se disseminam e passam também a interferir no movimento histórico.

Enquanto revisitávamos o pensamento de Braudel algumas questões acentuaram nossa preocupação inicial. Em época de história com novas abordagens, métodos, fontes e temas, como formatar a produção do conhecimento histórico nas duas posições ideológicas tradicionais? O que é realmente um historiador progressista ou conservador, neste contexto? Esta categorização dos historiadores não fica empobrecida diante de uma análise mais ampla sobre as mudanças históricas?

A história, obviamente versa sobre o passado, no entanto o conhecimento histórico é produzido por homens do presente e que possuem uma perspectiva de futuro. Ora as mudanças ocorrem continuamente, às vezes mais claramente, outras nem tanto. Por outro lado o essencial não tem mudado: a exploração do homem sobre o homem. Por tudo isso nos parece ingenuidade simplesmente afirmarmos que há dois tipos de historiadores: aqueles que esperam pela perpetuação e os que almejam por mudanças. A *longue durée* nos leva a repensarmos necessariamente nas raízes históricas do momento presente, bem como nos processos históricos dos fenômenos aparentes e daqueles menos visíveis, porém não menos concretos.

Afinal de quais mudanças estamos falando? Rápidas e por isso mesmo superficiais?

O conhecimento histórico profundo leva ao desejo de mudanças igualmente profundas. No entanto as mudanças profundas, necessariamente coletivas e de mentalidade, são lentas e raras. Aliás, lentíssimas. Não é por outra razão que Braudel utiliza inúmeras vezes a expressão *mutatis mutandis* para destacar as permanências nos processos históricos.

E assim ele expõe suas dúvidas sobre um futuro pós-capitalismo “... se ele desaparecesse, levaria consigo todas as desigualdades das nossas sociedades?”⁷.

Por tudo isso, acreditamos ter demonstrado que as duas posições tradicionais são insuficientes para analisarmos a contribuição de um historiador ou adjetivar uma produção de conhecimento histórico.

Sabemos que, desde os anos 20 do século passado, os primeiros “annalistas” já viam a necessidade de se produzir uma história-problema, ou seja, de o historiador formular hipóteses. Nas palavras de Lucien Febvre: “... nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso (...) nos dêem uma História não automática, mas sim problemática.”⁸. Para Christian Ruby no avanço historiográfico realizado pelos *Annales*, destaca-se esta nova postura, na qual é o historiador quem instaura conexões no tumulto dos eventos e os compõe a partir de um princípio, tornando-os compreensíveis, uma vez que exatamente “... por serem científicos, os fatos devem ser construídos. Este é o trabalho do historiador, de construir os fatos a partir do material que lhe é confiado”⁹. Foi a partir destes pressupostos que Fernand Braudel formulou a história explicativa. A defesa do conhecimento histórico como necessariamente explicativo está explícita no texto “Escritos sobre o presente”, de 1982. O ofício do historiador “para mim, ele só é verdadeiramente útil e defensável se desempenhar um papel de inteligência, de explicação [...]. A pesquisa histórica deve forçar a porta do tempo presente.”¹⁰.

A história é eminentemente explicativa em Fernand Braudel. Burdê e Martin explicitam essa mesma preocupação em outros historiadores. Ao comentarem as posições de Michel de Certeau e de Roland Barthes, demonstram que estes insistem “... igualmente no lado persuasivo do discurso histórico (...) [que] aparentemente recita a história passada, mas de fato visa fazer-se a história atual, influenciar as práticas presentes e futuras. Apresentando-se como inventário do real...”¹¹.

O conhecimento histórico produzido por Braudel não tem o propósito de oferecer diretrizes de intervenção no processo histórico, seja para transformar o *status quo* ou conservá-lo. Há, portanto, uma outra história possível que ultrapassa o maniqueísmo: conservação ou transformação. O conhecimento histórico explicativo, com múltiplas temporalidades, multifatorial e com interpretações plurais, apenas fornece uma base mais “sólida” para projetos sociais, políticos, econômicos e/ou culturais. Em última instância poderá nos ajudar a ver de forma mais nítida a estreiteza do espaço de ação individual e coletiva.

E se seguirmos nesta investigação poderemos encontrar ainda outras histórias possíveis, como a dos atuais “annalistes” preocupados com a relação entre história global e micro história. No editorial da Revista *Annales* de janeiro-fevereiro de 2001, os editores sugerem “histórias conectadas”, que assegurem a articulação entre as especificidades locais e os fenômenos globais. Eles ainda apresentam a necessidade de não confundirmos micro história com micro perspectiva¹².

Na mesma revista Roger Chartier retoma esta idéia, nos lembra ainda que historiadores são homens de seu tempo e por tudo isso esclarece que em tempos de globalização: “*A consciência da globalidade dos contemporâneos comanda, à sua maneira, esta demanda aos historiadores*”. E ele ainda reforça retomando a historiadora Natalie Davis a importância da produção de uma história que, “... *sem renunciar a seus objetos ou suas escalas clássicas, seja inspirada por um conhecimento global*”¹³.

Assim estamos, historiadores atuais, diante de novas possibilidades de conhecimento histórico. Desde as primeiras gerações dos *Annales*, no início do século XX, vem se abrindo o nosso campo de trabalho e se multiplicando os caminhos da história.

Notas

¹ Professora de História do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Campus de Marília / SP.

² BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. v. 2, p. 624-5.

³ BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929 – 1989**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 53-4.

⁴ REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

⁵ BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v. 3, p. 499.

⁶ BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 1, p. 397.

⁷ BRAUDEL, F. op. cit., 1996, v. 3, p. 576.

⁸ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 49.

⁹ RUBY, Christian. **L’histoire**. Paris: Ed. Quintette, 1997, p. 12-3.

¹⁰ BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 354.

¹¹ BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa – América, s/d, p. 209.

¹² UNE HISTOIRE à l’échelle globale. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**. Paris, 56^e Année, n^o 1, p. 3-4, Janvier-Fevrier, 2001.

¹³ CHARTIER, Roger. La conscience de la Globalité. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**. Paris, 56^e Année, n^o 1, p. 122, Janvier-Fevrier, 2001.